

NOTAS ECONÓMICAS

9

JEAN-PAUL FITOUSSI ANATOMIA DO CRESCIMENTO DÉBIL

ANTÓNIO MARTINS INFLUÊNCIA DA FISCALIDADE NA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS

MARGARIDA MELLO / ANTÓNIO BRANDÃO GRAU DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PORTUGUESA DO LEITE

JOÃO REBELO O PAPEL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DE COMERCIALIZAÇÃO / TRANSFORMAÇÃO

JOÃO LOUREIRO INTERVENÇÃO CAMBIAL DO BANCO DE PORTUGAL

FRANÇOIS PAUMIER-BIANCO GENÈSE, VIE ET FIN DES MONOPOLES DE TÉLÉCOMMUNICATIONS

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Círculo FEUC

Provas Académicas na FEUC

Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e teses apresentados nas provas de Agregação, Doutoramento, Mestrado e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

Teses de Doutoramento

Doutoramento em Economia (Direito económico)

Le principe d'unité de marché: principe fondateur et constitutionnel de la Communauté Européenne?
(*Une analyse de la jurisprudence de la Cour de justice concernant la liberté de commerce*)

Augusto Rogério Leitão

A dimensão empírica desta dissertação traduz-se fundamentalmente numa análise, dum ponto de vista interno e externo, da evolução da jurisprudência e da doutrina comunitárias relativas às legislações e regulamentações nacionais do comércio, enquanto obstáculos técnicos e administrativos à livre circulação das mercadorias integrados no campo de aplicação dos artigos 30º a 36º do Tratado da Comunidade Europeia.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE) como vector integracionista decisivo revelar-se-á, neste domínio, desde logo, ao estabelecer a consagração da *liberdade de comércio* no seio da Comunidade, fundamentada no princípio da unidade de mercado. Este princípio, que exprime uma opção pretoriana por um certo modelo de economia de mercado auto-regulada, será entendido como princípio «fundador» ou «constituente» da «ordem jurídica comunitária», da sua legitimidade e validade e da sua unidade, autonomia, uniformidade e primazia em relação às ordens jurídicas nacionais e internacional.

A análise da prática jurisprudencial e da doutrina dominante, da estratégia da lógica interna dos seus discursos, isto é, da sua *política*, realizadas num quadro de um pluralismo metodológico, revelam a adopção dum conceito radical da unidade e da autonomia do sistema jurídico implicando a transferência das problemáticas da regulamentação do comércio e da regulação da economia para um «centro de poder europeu» fortemente centralizado.

Contudo, o desnível ou desfasamento entre a integração jurídica estabelecida pelo juiz e a integração política realizada pelos Estados-

-membros, acentuado nomeadamente pela crise de legitimidade democrática vivida na e pela Comunidade sobretudo a partir de 1992, determinará o TJCE a abandonar progressivamente a tal concepção radical ou monista, adaptando a estratégia da lógica interna da sua jurisprudência a uma concepção pluralista do relacionamento do direito comunitário com os direitos nacionais, característica do modelo do «federalismo de cooperação», presente aliás na prática constitucional da maior parte dos Estados federais (princípio da subsidiariedade).

Universidade de Coimbra, Julho de 1997

Teses de Mestrado Economia Europeia

A Estrutura Geográfica do Comércio Externo da Comunidade Europeia — análise das intensidades relativas das trocas comerciais

António Pedro Dias Capucho

Tal como o título indica, o núcleo deste trabalho consiste no estudo empírico da estrutura geográfica do comércio externo da C.E., partindo de uma metodologia específica: a análise das intensidades relativas das exportações e importações. Estas intensidades são quantificadas através de coeficientes adequados, que permitem comparar a configuração regional das trocas comerciais externas da Comunidade e de cada um dos seus Estados-membros. Na medida em que quantificam as intensidades das trocas, independentemente das dimensões dos mercados de origem e destino, estes indicadores revelam o efeito dos restantes factores que influenciam o valor dos fluxos comerciais — factores geográficos, históricos, culturais, políticos, etc.

A parte empírica do trabalho começa por incidir sobre a estrutura geográfica das trocas comerciais da C.E., vista como grande bloco económico enquadrado no espaço mundial, comparando esta realidade com a dos Estados Unidos da América e a do Japão e analisando o modo com as três potências da Tríade condicionam a configuração geográfica do comércio mundial. Em seguida, é feita uma análise da evolução da estrutura geográfica das trocas comerciais da C.E., como um todo, desde 1972 até ao presente. Finalmente, a estrutura geográfica actual das trocas comerciais da C.E. é vista como o resultado da conjugação das estruturas de cada Estado-membro, passando a analisar-se aquela realidade país a país.

Fornecendo uma nova perspectiva sobre a realidade observada, a metodologia adoptada permite contribuir para a resposta a determinadas questões:

Obedecerá a estrutura geográfica do comércio externo da C.E. a uma lógica verdadeiramente comunitária, ditada por uma rede de acordos preferenciais construída ao longo do tempo? Ou será que a estrutura geográfica do comércio externo da C.E. não é mais do que a





justaposição dos elementos extracomunitários das estruturas geográficas do comércio externo de cada Estado-membro, as quais continuam a mostrar-se, por um lado, influenciadas por factores específicos nacionais, e, por outro lado, determinantes de interesses dificilmente conjugáveis numa política comum coerente? A qual destes extremos se aproximará mais a realidade?

A resposta a estas questões corresponde à primeira grande conclusão da dissertação: ainda que as características especificamente nacionais das estruturas geográficas do comércio externo de cada Estado-membro se tenham vindo a atenuar, persiste uma grande heterogeneidade, reflectida em zonas de influência comercial nacionais fortemente marcadas pelos processos históricos próprios de cada país.

A segunda grande questão que é colocada neste trabalho é relativa à qualidade de especialização do comércio externo europeu, em termos geográficos, avaliada sob duas abordagens diferentes: dinamismo da procura externa e qualidade dessa mesma procura. O método seguido confirmou uma especialização desfavorável à Europa.

Por fim, são lembradas algumas realidades que poderão ser apreendidas de forma mais completa à luz dos resultados da análise empírica e sugerida a utilidade de um método para, através de uma melhor compreensão da realidade, se encontrarem soluções sensatas para problemas concretos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1997

A Indústria Transformadora no Concelho de Coimbra — sua importância no desenvolvimento local

Maria Madalena Pinto Santos

Sendo o objectivo deste trabalho avaliar a situação actual da indústria transformadora no concelho de Coimbra, bem como a sua evolução previsível e desejável, começaremos por rever em traços gerais, a importância da industrialização no crescimento urbano.

Analisando o papel do sector secundário no desenvolvimento das cidades, ao longo dos tempos e nos diferentes tipos de países, procuraremos extrair algumas conclusões sobre o relevo futuro deste sector produtivo, nas economias em geral e no caso de Coimbra em particular.

Utilizando uma base de dados própria (construída a partir das diversas fontes disponíveis: INE, DRIEC, ACIC, IAPMEI, CRSS, MESS, DRA, AIP, CCRC), analisaremos alguns indicadores que podem dar uma panorâmica da situação real da região em análise.

Esta tese procura explorar as possibilidades e vantagens de uma maior relevância da indústria transformadora num concelho tradicionalmente de serviços como é o de Coimbra.

Analisando os pontos fortes e fracos deste meio sócio-económico, procuraremos avaliar as reais possibilidades do seu desenvolvimento, num processo onde a indústria não está condenada ao papel residual que frequentemente lhe atribuem.

A actualidade económica tem sido caracterizada por uma transformação substancial das formas de produzir, consumir e distribuir, que alteraram o quadro tradicional de vantagens comparativas.

Tirando partido do progresso tecnológico e de ligações inovadoras ao meio científico, acreditamos na viabilidade de um novo paradigma de desenvolvimento para Coimbra, onde o sector industrial pode assumir uma importância mais relevante.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1997

**A Fiscalidade das Pequenas e Médias Empresas:
estudo comparativo na União Europeia****Cidália Maria da Mota Lopes**

A presente dissertação versa sobre a fiscalidade das pequenas e médias empresas (PME), através de um estudo comparativo dos regimes fiscais vigentes nos Estados-membros da União Europeia.

Reconhecido o papel determinante das PME nas economias nacionais, em especial na criação de emprego, procura identificar-se os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Contando-se, entre estes obstáculos, «imperfeições de mercado», ficam justificadas intervenções públicas que visem à sua remoção, as quais se vão traduzir em regimes particulares dirigidos a essas empresas.

Procede-se então a uma análise comparada dos regimes fiscais especiais das PME na União Europeia.

Pelo que toca à tributação do rendimento, exploram-se as diferenças de tratamento resultantes da forma jurídica que as PME assumem, ou seja, de serem ou não constituídas sob forma societária, e analisam-se os efeitos dos métodos indirectos de determinação da matéria colectável, os quais se conclui mais orientados para o combate à evasão e fraude fiscais do que para beneficiar fiscalmente as PME.

Também são objecto de análise os benefícios fiscais, em sede de tributação do rendimento, aplicados em alguns Estados-membros, assim como os recomendados pela Comissão Europeia.

No que respeita ao IVA, analisam-se os regimes especiais vigentes nos diferentes Estados-membros da União Europeia, que seguem o modelo do sistema comum, e as propostas da Comissão Europeia de aprofundamento da harmonização das legislações nesta matéria. Também aqui se observa que os regimes especiais são, frequentemente, desenhados mais para facilitar as operações da Administração Fiscal do que para constituir benefício para as PME, as quais, todavia, têm sempre interesse na simplificação administrativa que possa resultar dos referidos regimes.

Abordam-se, por último, os problemas fiscais da transmissão das pequenas e médias empresas, especialmente quando não constituídas em sociedades. Realça-se a necessidade de legislação especial, que evite que a tributação, a cargo do imposto sobre sucessões e doações, ponha em causa a sobrevivência dessas empresas.

Se a conclusão geral é no sentido de que um tratamento fiscal de favor generalizado para as PME não se afigura justificado, não deixa, porém, de parecer recomendável, atendendo à importância estratégica dessas unidades, que existem alguns regimes especiais a elas dirigidos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1997





**Novas Perspectivas do Comércio Internacional:
análise de algumas contribuições teóricas e da
problemática das deslocalizações**

António Manuel Portugal Duarte

Este trabalho tem por objectivo analisar algumas das novas perspectivas do comércio internacional e o fenómeno das deslocalizações industriais. Desenvolvidas desde o início dos anos sessenta, estas perspectivas procuram ultrapassar as limitações dos modelos tradicionais como sejam a hipótese de imutabilidade tecnológica, formulada na teoria das vantagens comparativas de Ricardo, e a trilogia neoclássica — dois países, dois produtos, dois factores — presente no modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson.

Assim, depois de uma breve exposição das determinantes tradicionais do comércio internacional, o paradoxo de Leontief será o núcleo central do estudo de uma longa série de análises a que se convencionou chamar perspectiva neo-factorial. Neste grupo de análises interessar-nos-emos principalmente por aquelas que utilizam a desagregação em n categorias de trabalho e a especificidade de factores como principais determinantes explicativas do comércio internacional.

Em seguida, debruçar-nos-emos sobre um conjunto de análises que se reclamam da teoria clássica, onde assume particular importância a teoria do hiato tecnológico e do ciclo de vida do produto, ou seja, trabalharemos sobre a perspectiva neo-tecnológica, procurando igualmente estabelecer os seus limites explicativos dos fluxos actuais do comércio internacional.

A terminar a análise do quadro conceptual dominante hoje ao nível dos modelos explicativos do comércio internacional, investigar-se-á a importância do comércio intra-ramo na estrutura do comércio mundial.

Finalmente, dada a importância do desemprego e das desigualdades de rendimento que se verificam na actualidade, efectuaremos um exame detalhado do processo de deslocalizações industriais, procurando avaliar-se a incidência do comércio entre os países do Norte e os países de baixos salários sobre a estrutura do

emprego, em especial sobre os trabalhadores não qualificados, assim como mostrar-se que esta nova realidade do comércio internacional exige que a globalização das economias seja acompanhada de políticas extremamente activas no mercado de trabalho.

Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra, Julho de 1997

A Protecção do Ambiente e a União Europeia: a emergência de um espaço *potencial* de normalização jurídico-económica internacional

João Carlos Relvão Caetano

É propósito fundamental do A., nesta tese, mostrar que a questão ambiental abriu na União Europeia um desafio global a que ele chama «normalização», o qual é substancialmente diferente dos esforços de normalização ou estandardização técnica de fins de oitocentos e da primeira metade do século XX, mesmo tendo em conta os resultados já então notáveis de cooperação e harmonização internacionais: é agora uma normalização de condutas, com um âmbito e com protagonistas completamente novos.

Numa breve introdução, o A. procura salientar a centralidade da questão metodológica, quando se assume defensor de uma perspectiva realista, e quando põe em causa a suficiência implícita em instrumentos de raiz idealista, ou, bem ainda, em certas formas de realismo pragmatista e utilitarista, no Direito e na ciência económica.

As três partes desta investigação são uma continuação e recomposição constantes da metáfora do «triângulo», apresentada na primeira parte — num esforço positivo e normativo, e sempre interdisciplinar, visa-se melhor compreender a «definição» económica e técnica da «questão ambiental», ante os seus limites, à luz de uma «concepção» realista que é proposta, e perante a sua «definitividade» própria.

Na primeira parte, o A. tenta definir com rigor o que se lhe afigura serem as variáveis independentes (ou críticas) do problema — os contextos: o contexto ambiental e a globalização, bem ainda a ideologia do sistema, e conclui, desde então, pela necessidade de um novo modelo de justiça nas relações internacionais.

Na segunda parte, tenta basicamente justificar a urgência e apontar os fundamentos daquilo a que chama uma teoria jurídica das consequências intencionais (económico-sociais) da existência da empresa numa economia liberal. Assim, analisando criticamente o significado das estruturas de protecção ambiental no quadro do processo

de integração europeia no momento actual (variáveis dependentes).

Na terceira parte, esquematicamente, o A. propõe uma interpretação final sobre o modelo normativo subjacente e sobre a estrutura e funções do Estado ambiental, à luz do Direito vigente na União Europeia e na sua força de irradiação para todos os Estados-membros. Conclui dizendo que o problema económico da sociedade é, afinal de contas, menos do que o necessário e suposto, e refere as linhas gerais de um modelo cognitivo de intervenção estadual, quando se discutem as novas funções de um Estado liberal «inovador», ou, na revisão do modelo antigo do Estado providência, se reconhece, bem mais do que ali, a indispensabilidade da sua actuação.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Setembro de 1997



**Teses de Mestrado** Economia Financeira**O Financiamento Diferenciado de Hospitais Escolares em Portugal: contributos para uma discussão****Oscar Manuel Domingos Lourenço**

O propósito desta tese é estudar de que modo é que as actividades de ensino que decorrem nos hospitais afectam os seus custos, e consequentemente a relação entre esta actividade e o financiamento dos hospitais.

Esta questão do financiamento diferenciado dos hospitais escolares deverá ser tratada entre nós por uma questão de equidade no financiamento dos hospitais e para incentivar estes agentes a prestarem serviços de ensino com qualidade, para além da prestação dos cuidados médicos. Provando-se que o ensino médico é um custo, defendemos que essas actividades deveriam ser financiadas com base no reembolso dos custos razoáveis com a produção de ensino ou em função de alguma medida dessa mesma produção.

Como metodologia de trabalho, recorremos ao desenvolvimento de um modelo econométrico, através do qual pretendemos determinar os factores que explicam os custos do hospital com seu serviço de internamento.

Concluimos numa primeira fase que os hospitais escolares têm mais custos, uma maior demora média e um *case-mix* mais elevado. No entanto, estas conclusões não podem ser tidas como definitivas, pois basearam-se apenas no cálculo de algumas estatísticas univariadas. Os resultados das regressões foram pouco satisfatórios. Apenas quando tratámos o custo médio, por caso tratado, considerando os custos totais directos do internamento é que concluimos que o ensino tinha impacto nesses mesmos custos. No entanto, também aqui não podemos ser definitivos, pois os resultados globais da análise da regressão multivariada não foram satisfatórios. Uma conclusão definitiva a que chegámos foi que *case-mix* tem um grande impacto nos custos.

As necessidades de investigação nesta área não terminam com a conclusão deste estudo. Para além da necessidade de desenvolver modelos mais elaborados para tentar

determinar globalmente os custos do ensino, existe ainda a necessidade de determinar em que serviços é que o ensino tem mais impacto.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1997

O Investimento em Investigação e Desenvolvimento e a Estrutura de Capital da Empresa: o caso da indústria portuguesa

Fernando Paulo dos Santos Belfo

Embora a inovação, em particular a investigação e desenvolvimento (I&D), tenham já sido tema de vasta análise, existem aspectos ligados à relação com a área financeira ainda pouco abordados até ao momento. Neste trabalho propõe-se, com base na principal literatura, a análise de alguns aspectos geralmente menos aprofundados, como a relação existente entre o investimento em I&D e a estrutura de capital da empresa.

O investimento em geral é condicionado pela forma como a empresa consegue o respectivo financiamento, estando esse mesmo financiamento condicionado pela sua estrutura de capital. Este trabalho analisa o caso da Indústria Portuguesa, através duma amostra de 5.999 empresas relativa ao ano de 1995, quanto ao investimento específico em I&D e a sua relação com a estrutura de capital, testando a existência de um nível óptimo de endividamento. Efectuam-se ainda, como complemento deste trabalho, alguns testes mais frequentes no sentido de determinar as relações entre o investimento em I&D e a dimensão da empresa ou a característica do mercado.

O estudo econométrico realizado, apresenta resultados que nos permitem aceitar que: (i) apenas uma pequena parte das empresas apresenta investimento em I&D (ii) existe interdependência entre a estrutura de capitais e o investimento em I&D, suportando a ideia da existência de um nível óptimo de endividamento (iii) existe uma relação directa muito forte entre o investimento em I&D e o valor de vendas da empresa comprovando-se a chamada «rule of thumb» (iv) a intensidade de investimento em I&D (I&D/Vendas) está positivamente relacionada com a concentração do mercado.

Em síntese, conclui-se da relação do investimento em I&D e da estrutura de capital das empresas. Propõe-se que tal fenómeno seja mais aprofundado, inclusive através do estudo de outras relações com a área

financeira, com o objectivo de promover mais inovação na sociedade através duma maior actividade em I&D.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1997



**A Procura de Moeda: Mutação e Instabilidade**
Pedro Miguel Avelino Bação

As últimas décadas foram marcadas por grandes desenvolvimentos no campo financeiro. O aparecimento de novos produtos e de novas instituições financeiras, acompanhado pela evolução da legislação, transformou os sistemas financeiros de todo o mundo. Ao mesmo tempo que tais mudanças se operavam, a estabilidade da função de procura de moeda, fundamental para a condução da política monetária, desaparecia. A existência de uma ligação causal entre os dois factos foi sugerida por muitos autores.

Neste trabalho procura-se apresentar uma síntese das questões que têm sido discutidas no contexto da relação entre a procura de moeda e a inovação financeira, dando especial atenção ao caso português.

No primeiro capítulo, descrevem-se as teorias convencionais da procura de moeda. Esse primeiro capítulo servirá de referencial teórico para a discussão da formulação empírica da função de procura de moeda, da possível influência da inovação financeira sobre a procura de moeda e da forma como essa influência poderá ser modelizada. A discussão destes temas é feita no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, é apresentado um resumo dos principais factos relacionados com o processo de inovação financeira em Portugal desde 1970. A importância dos acontecimentos mencionados no terceiro capítulo para a procura de moeda em Portugal é avaliada, através de testes econométricos desenvolvidos no âmbito da teoria da cointegração, no quarto e último capítulo deste estudo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1997

O Seguro da Carteira: aplicação empírica ao mercado financeiro português**Elisabete Fernanda Mendes Duarte**

O Seguro da Carteira é um método com o qual se pretende gerir uma carteira de activos financeiros por forma a torná-la totalmente isenta de risco. A atracção fundamental da estratégia é o facto de que a perda máxima é limitada e conhecida com antecedência, enquanto que os ganhos são ilimitados.

O método foi desenvolvido originalmente por *M. Rubinstein* e *H. Leland* no artigo *Replicating Options with positions in stock and cash* do *Financial Analyst Journal* na sua edição de Julho-Agosto de 1981. Está profundamente ligado com a teoria das Opções, nomeadamente com o modelo de avaliação das opções de *Black & Sholes*. Pretende-se obter um perfil de ganhos/perdas similar ao da *Call Option* através de equivalências desenvolvidas em torno do modelo supracitado.

Dada a exigência de profundos conhecimentos da teoria das opções, *Perold* e *Black & Jones*, com *A. Perold* — *Constant Proportion Portfolio Insurance* — *Harvard Business School* — 1986.; *F. Black* e *R. Jones* — *Simplifying Portfolio Insurance* — *The Journal of Portfolio Management* — *Fall 1987*, lançaram uma teoria alternativa a *CPPI* (*Constant Proportion Portfolio Insurance*). O objectivo mantém-se, mas o método é mais fácil de aplicar dado que não utiliza conhecimentos técnicos tão profundos.

O presente estudo faz uma análise das duas teorias ligadas ao método do *Seguro da Carteira* e leva a cabo uma aplicação empírica ao Mercado Financeiro Português. O objectivo é avaliar a eficácia da estratégia na eliminação do risco.

A conclusão global é a de que o método funciona, limitando o risco em que se incorre, não permitindo, contudo, a sua total eliminação. Todavia, quer sob a sua forma convencional, quer sob a forma *CPPI*, os resultados obtidos são substancialmente melhores do que os correspondentes se o investimento fosse feito exclusivamente em acções no mercado à vista.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1997

Determinação dos Factores de Risco dos Índices Sectoriais do Mercado Financeiro Português: uma abordagem integrada

Maria Elisabeth Teixeira Pereira

O crescimento do mercado bolsista português tem sido sustentado por uma conjuntura favorável inerente às condições e expectativas do mercado, estimuladas pela tendência descendente dos níveis de inflação, da queda das taxas de juro de curto e longo prazo e da vaga de privatizações. Esta situação tem atraído sucessivamente mais investidores e um cada vez maior número de empresas a procurar financiamento no segmento accionista, o que nos leva a debruçar a nossa atenção neste segmento específico do mercado bolsista, na relação das variações das cotações com as expectativas dos investidores assim como sobre as oportunidades de arbitragem que daí podem resultar.

O estudo desenvolvido, nesta dissertação, teve como objectivos aplicar a Teoria de Arbitragem na determinação dos factores de risco dos índices sectoriais do mercado financeiro português e investigar o grau de aplicabilidade desta teoria à existência ou não de oportunidades de arbitragem no mercado bolsista português.

Assim, após uma abordagem integrada ao mercado financeiro português e aos modelos de equilíbrio susceptíveis de explicarem as rentabilidades das acções, procedemos à investigação do mercado português perante a Teoria da Arbitragem, baseando a nossa análise empírica na aplicação da Análise dos Componentes Principais a um modelo factorial, estimado incondicionalmente apenas pelo uso de séries temporais das rentabilidades das acções dos sete índices sectoriais mais relevantes no mercado português, para obtermos os factores de risco mais significativos. Perante estes factores, realizámos vários testes para observar a forma como evoluíam na análise conjunta e como variava a sua composição relativa ao longo do tempo.

Para a teoria em aplicação, o que se revela importante é a determinação da existência de factores de risco na economia, susceptíveis de

influenciar as rentabilidades das acções, e não a sua identificação, pelo que tentámos de alguma forma justificar os factores obtidos, sem que esta justificação fosse além de uma certa «filosofia», uma vez que os factores apontados referem constatações dos investidores face ao mercado.

Após a determinação dos factores de risco obtidos através da Teoria da Arbitragem, indagámos sobre a existência de oportunidades de arbitragem, concluindo que de facto elas existiam, e de certa forma, empiricamente, avançámos as acções de cujos índices elas se tornavam mais nítidas. Por outro lado, indagámos pelo grau explicativo desta teoria no mercado português, nos últimos cinco anos (de 1991 a 1996), pelo método de Fama-MacBeth e obtivemos o grau explicativo pela APT, no mercado accionista português.

Em síntese, podemos concluir, da análise aqui desenvolvida, que existem três grandes factores de risco e que o mercado português tem evidentes oportunidades de arbitragem, o que hipoteticamente podemos justificar pela pouca diversificação dos activos presentes na economia, constando da eficiência da economia e pelo grau de informação dos investidores presentes no mercado, que desta forma permitem o desequilíbrio e as oportunidades de arbitragem respectivas.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1997





Os Contratos de Futuros sobre Índices Accionistas **Hélder Miguel Correia Virtuoso Sebastião**

Nesta dissertação são abordadas as principais problemáticas inerentes aos contratos de futuros sobre índices accionistas, tendo em conta o seu contexto institucional assim como as suas principais características e implementação prática.

As principais estratégias de intervenção nestes mercados são retratadas nesta tese quer normativa quer positivamente. Além de permitirem a realização de estratégias de intervenção tradicionais de cobertura e de especulação, com uma poupança substancial em custos operacionais, os contratos de futuros sobre índices accionistas são objecto de novas estratégias de intervenção. A sua existência possibilita nomeadamente operações que procuram tirar partido das discrepâncias entre os preços dos contratos e os valores de activos compostos aproximadamente equivalentes. A comparabilidade entre os contratos de futuros e outros activos é precisamente o argumento basilar para a aferição do seu valor fundamental.

por último, são analisadas as funções sociais providenciadas por estes mercados, que são respectivamente a da gestão social do risco e a da gestão da informação.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1997

Teses de Mestrado Sociologia

A Emigração Portuguesa para a Suíça **José Carlos Laranjo Marques**

Nos anos posteriores à crise de 1973/74 o contexto económico e social em que tinha ocorrido a emigração portuguesa da década de 60 sofreu profundas alterações que marcaram decisivamente a evolução dos fluxos migratórios portugueses. A reestruturação económica e a deslocalização industrial levada a efeito nos países desenvolvidos da Europa, assim como a influência que estas alterações estruturais desempenharam sobre a evolução dos seus mercados de trabalho, levou a que estes países impusessem medidas restritivas à entrada de estrangeiros. Portugal via, deste modo, fecharem-se-lhe os seus principais destinos migratórios, sem ter ainda encontrado destinos migratórios alternativos, e sem ter convergido com o resto da Europa. Somente nos anos 80 é que surge um novo destino para a emigração portuguesa: a Suíça. É sobre este fluxo migratório, até ao momento ainda insuficientemente estudado, que se debruça a presente dissertação.

A análise da história imigratória suíça (Capítulo 1) torna evidente que a imigração para este país resulta da dinâmica do seu processo económico e do seu mercado de trabalho segmentado, em que o poder político exerce a função de intermediário entre as necessidades do sistema económico e os receios de «sobre-estrangeirização» da população autóctone.

No segundo capítulo é apresentada de forma sucinta a história emigratória portuguesa. Como é referido nesse local, trata-se de uma emigração quase sempre economicamente motivada cujo destino e volume tem sido, essencialmente, determinado pelas condições económicas e o sancionamento político dos países de destino.

A emigração portuguesa para a Suíça (analisada nos capítulos 3 e 4) somente a partir dos inícios dos anos 80 é que começa a apresentar números significativos. A partir de 1986 o volume de entradas de portugueses em território helvético ultrapassa sistematicamente o valor de 10.000 pessoas

por ano, atingindo em 1990 e 1991 os valores máximos de cerca 20.000 entradas em cada ano. Do estudo desta emigração ressalta que ela constitui um bom exemplo de uma migração em que predominam as motivações de natureza económica e cujo desenvolvimento foi potenciado pela ampliação de uma rede informal baseada nas relações de parentesco e amizade. Ao actuar em ambos os lados da trajectória migratória, esta rede contribuiu quer para difundir, nas regiões de origem, as oportunidades económicas existentes em território helvético, quer para criar, no país de destino, as condições necessárias à inserção do emigrante na comunidade portuguesa já residente na Suíça.

Face à existência de um mercado de trabalho segmentado, constantemente necessitado de forças de trabalho baratas e pouco ou nada qualificadas, e a incapacidade do mercado de trabalho suíço em responder de modo satisfatório às exigências do desenvolvimento económico, o trabalho conclui com a hipótese de que logo que a Suíça recupere da crise económica em que se encontra desde 1991 se assistirá ao continuar do movimento migratório português para esse país.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1997

Os Desafios da Globalização ao Sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa

Hermes Augusto Tadeu Moreira da Costa



Tendo presente a indisfarçável intensificação das interações transnacionais registada nos últimos trinta anos, a qual recebe frequentemente os rótulos de globalização, transnacionalização ou mundialização, esta dissertação dá conta do impacto provocado pela globalização (termo dominante) na organização e actuação dos sindicatos em Portugal.

Numa altura em que tanto se fala em crise do sindicalismo nos diferentes espaços nacionais — visível pela falta de articulação de interesses em torno da classe operária, pela ausência de solidariedade dos militantes sindicais face à emergência do individualismo contemporâneo, pelo enfraquecimento da luta sindical, pela quebra das taxas de sindicalização, etc. —, também os sindicatos não podem ficar indiferentes a esse multiplicar de metáforas como as de «aldeia global», «terra pátria» ou «fábrica global», entre outras, pois é através delas que melhor se poderão descobrir as configurações da «sociedade global» em que o mesmo se encontra imerso. Do global decorrem, pois, amplos desafios para o sindicalismo, traduzidos sobretudo numa forte (embora problemática) vontade de compensar em termos transnacionais as ineficácias e insucessos dos desempenhos nacionais.

No entanto, ao actuarem sobre um movimento sindical de afirmação tardia, as dinâmicas da globalização tendem a fomentar um processo de institucionalização contraditório, simultaneamente potenciador de «criatividades de base» e de «constrangimentos de topo», de construções institucionais e de destruições institucionais, de valorização de oportunidades e de reprodução de «marginalidades». A análise do trajecto sócio-histórico da adesão da CGTP à maior organização sindical europeia — a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) — é o exemplo escolhido para testar os desafios e os efeitos que a globalização suscita no panorama sindical português.

A dissertação encontra-se, assim, estruturada em três partes. A primeira parte, composta



pelos três primeiros capítulos, fornece um enquadramento teórico e metodológico dos fenómenos da globalização e do sindicalismo. No primeiro capítulo, discute-se a importância que o fenómeno da globalização adquiriu nalgumas reflexões académicas contemporâneas, procedendo-se ainda a uma caracterização de algumas das suas facetas (no plano económico, político e cultural), assim como a uma curta incursão por outras «alternativas conceptuais». No segundo capítulo, são passadas em revista algumas teorias (clássicas e contemporâneas) sobre o sindicalismo e são recuperados alguns conceitos e tipologias de uso recorrente. Viaja-se igualmente às origens do sindicalismo, terminando o capítulo com a referência a alguns dos cenários de crise que hoje lhe estão associados. No terceiro capítulo, são formuladas as principais hipóteses de trabalho defendidas na dissertação, assim como é descrita a estratégia metodológica adoptada.

A segunda parte (teórico-prática) está dividida em dois capítulos e enuncia aqueles que são hoje os principais desafios transnacionais com que os sindicatos se confrontam. O quarto capítulo, que procura fazer o interface entre a globalização e o sindicalismo, refere-se às transformações resultantes da passagem do fordismo ao pós-fordismo, bem como às teorias susceptíveis de contribuir para a globalização do sindicalismo e aos impactos que globalização provoca sobre o mundo do trabalho. O quinto capítulo, recupera as principais «conquistas» em matéria de «Europa Social», mas questiona o facto de a defesa de um modelo social europeu não ser acompanhada pela concretização de uma Europa integrada. O peso das diferenças nacionais contribui para que assim seja, ainda que os Conselhos de Empresa Europeus e o Acordo-quadro sobre Licença Parental sejam dois exemplos que podem ser considerados como bem sucedidos.

Finalmente, a terceira parte (empírica) é dedicada por inteiro ao estudo das incidências da participação do sindicalismo português nos fora europeus. O sexto capítulo é preenchido, entre outros aspectos, por um pequeno enquadramento histórico sobre o sindicalismo português e pela análise do processo de filiação da CGTP na CES, desde a referência

às novas perspectivas de relacionamento que o mesmo convoca, às tensões que concorreram para o contrariar, aos factores que o ajudaram a precipitar e aos resultados práticos deste novo velho desafio global. No tocante a estes, constata-se, por ora, uma participação algo defensiva da CGTP ao nível da CES, que mais parece reproduzir a sua habitual prática sindical nacional e que, como tal, é reveladora de uma convivência instável com a globalização.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1997

Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização

Paulo Jorge Marques Peixoto

Os mistérios da patrimonialização parecem imperscrutáveis. Como é que a ideia de património, que aparece na Renascença associada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade enraizada no espaço e no tempo, dá origem, no século XX, a um novo campo político, a um novo campo cultural e a um novo campo económico? Porque dão as cidades uma atenção crescente ao seu património? Que motivos fazem com que o património constitua hoje um domínio de intervenção pública, com os seus especialistas e as suas, mais que legítimas, tensões políticas? Quais as imagens e os usos de que o património se reveste à medida que dá entrada na esfera pública e que ganha um lugar central nas dinâmicas de deslocalização, realocização e competição globais? Até que ponto estas novas imagens e novos usos do património difundem e reforçam um sentimento de multiculturalismo, capaz de materializar uma configuração emancipatória e mais democrática da sociedade e das relações internacionais? Como é que a preservação e a transmissão de bens patrimoniais dominadas pela lógica multiculturalista se articulam com as estratégias públicas de âmbito local que perseguem outros objectivos, tais como o desenvolvimento turístico e a promoção da imagem regional e internacional de uma cidade? O que é que faz com que meros edifícios sem qualquer carácter monumental, artefactos banais, ou paisagens destituídas de um valor estético assinalável, e até há bem pouco tempo ignorados e condenados a desaparecer, sejam hoje vistos como bens a legar à posteridade? Que tensões e que conflitos emanam destes processos de patrimonialização?

Por detrás de todas estas questões está o facto inegável de assistirmos hoje à desintegração do Estado-nação e à multiplicação dos níveis de regulação. Assim, muita da concorrência económica, política e cultural, que esteve durante muito tempo confinada a uma escala nacional-estatal, dispersa-se, actualmente, por novas escalas

supra e infraestaduais. Com cada vez mais lugares a entrarem no jogo da concorrência, o património é recorrentemente mobilizado para sustentar projectos de reconstrução de identidades, mas também para ajudar à criação de vantagens competitivas no domínio económico, e, ainda, para servir de base à construção de um espaço público vivo capaz de potenciar novas experiências e sociabilidades.

Existe, na verdade, à volta da ideia de património urbano um novo campo económico. A prová-lo está o facto de a economia urbana ser, em boa parte, e crescentemente, uma economia cultural em que o património se assume como um activo importante. Ou porque consegue exercer uma forte atracção sobre os fluxos turísticos, ou porque se afirma como uma fonte de captação de serviços inovadores com capacidade de criar emprego, ou porque permite fixar residentes de um nível sócio-económico mais elevado, ou, simplesmente, porque potencia a criação de um espaço público urbano que fomenta o lazer e as formas de indústria que lhe estão associadas, o património urbano é um capital não negligenciável no domínio da promoção de novos dinamismos económicos.

As ideias correntes e os discursos dominantes que se forjam à volta das estratégias patrimoniais sublinham o carácter positivo da opção pelo património, e procuram demonstrar que ela é compatível com o desenvolvimento económico. Além disso, argumentam que ao apostar-se no património não se está só a favorecer a preservação da cultura; está-se, sobretudo, a estimular a criação e a inovação cultural. No sentido em que contribui para a criação de uma nova cultura urbana, o património concorre para a emergência de um novo campo cultural. De facto, o maior desafio que muitos lugares enfrentam é o de construir um espaço público animado, uma cultura urbana dinâmica. Face a este desafio, a cultura fornece às cidades que andam em busca de animação um suplemento de alma e um sentido de comunidade, além de alimentar o imaginário urbano. Mas o domínio da cultura tem vindo a ampliar-se, e as paisagens e os edifícios urbanos, com ou sem valor estético assinalável, ao adquirirem um estatuto patrimonial, tornam-se, simultaneamente,





equipamentos culturais. A cultura é, acima de tudo, um meio de realização humana, e as próprias ruas ou praças da cidade, inseridas numa moldura patrimonial valorizada, ao promoverem a saída para a rua e ao levarem os indivíduos a entrar no espaço público, são um meio cultural fundamental, pois potenciam novas sociabilidades e ensinam os sujeitos a realizarem-se. Este novo papel da cultura, activado pelo património, ao fazer da cidade o seu principal objectivo, revoluciona a concepção de espaço público, que passa a ser mais que um lugar de formação de opinião, no sentido de Habermas, e mais que um palco de encenação da vida quotidiana, à maneira de Goffman. A revalorização do património permite fomentar uma cultura urbana que molda um espaço público emancipador no sentido em que pela confrontação nos leva a questionar a vida social e a nossa própria condição. Nesta nova dimensão, o espaço público torna-se o terreno existencial onde o indivíduo é confrontado com uma pluralidade de escolhas. Assim configurado, o espaço público potencia a reflexividade. À medida que vão fazendo parte e se vão integrando na cultura urbana, os sujeitos descobrem possibilidades que lhes permitem libertar-se dos constrangimentos estruturais. Neste cenário não temos outra escolha senão escolher e o espaço público força-nos a construir reflexivamente a nossa biografia e a nossa identidade pessoal.

Ao afirmar-se como um activo económico e um activo cultural, o património deu origem a um novo campo político. Pelas oportunidades que encerra, ele constitui-se como um terreno de disputa, onde se confrontam eleitos, peritos, técnicos e residentes. Ao adquirir um valor estratégico inegável, o património não pode mais ser encarado na óptica de Públío Siro, segundo o qual um grande património é para quem o possui um pesado cativo. Concretamente para as cidades, o património tornou-se um trunfo no disputado jogo da concorrência que, constantemente, têm de enfrentar. Porém, nem as escolhas nem os resultados inerentes às políticas patrimoniais são evidentes e pacíficos, e, por isso, as virtudes e os riscos que a opção patrimonial encerra só podem ser devidamente avaliados e ponderados se esta se tornar objecto de intensos debates políticos.

Por ser uma cidade que nos últimos dez anos procurou fortalecer a sua posição concorrencial através do lugar central que atribuiu ao património nas estratégias de promoção da sua imagem e na sua revitalização económica e cultural, e também por ter sido certificada como património mundial, a cidade de Évora é o exemplo que ilustra a investigação realizada. O estudo efectuado procura, assim, destacar a transformação da economia simbólica da cidade alentejana nos seus dez anos de vida como cidade património mundial.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1997